

A INCLUSÃO ESCOLAR E A RATIFICAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Júlia Oliveira Teixeira

Diante do crescente número de diagnósticos e testagens psicológicas em crianças e adolescente em idade escolar, percebe-se o mau uso de ferramentas de avaliação e de diagnósticos, tendo em vista a atuação de profissionais no campo da educação e da psicologia. Além dos diagnósticos, há um aumento no uso de medicamentos por parte dos alunos. Independentemente da existência de um diagnóstico, o Art. 208 da CF/1988 estabelece que é dever Estado garantir a educação básica, obrigatória e gratuita. Além disso, é assegurado no inciso III o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Diante do que foi exposto entende-se que a escolarização de pessoas com deficiência no Brasil precisa ser analisada e articulada com as mudanças sociais, econômicas e políticas do país. A Lei nº 13.146 (2015) institui a inclusão da Pessoa com Deficiência, a fim de se promover condições de igualdade, principalmente no que se refere ao exercício dos direitos e das liberdades fundamentais do sujeito com deficiência. A inclusão da Pessoa com Deficiência é um direito; contudo, muitas crianças e adultos com deficiência têm sido historicamente excluídos das oportunidades de educação. O modo de funcionamento da inclusão escolar tem-se mostrado enrijecido e gerador de novas fontes de exclusão do sujeito. Sendo este um ponto contraditório da proposta da inclusão escolar.

A partir deste cenário, pergunta-se: Em que medida o discurso da inclusão escolar ratifica a exclusão social? A hipótese para a resposta a esta pergunta seria que o uso demasiado e irresponsável de diagnósticos no ambiente escolar ratifica a patologização do indivíduo e a exclusão escolar, além de contribuir com o mercado socioeconômico. O presente estudo visa discutir os temas e aspectos referentes à exclusão presente na inclusão escolar. Para a reflexão do tema serão apresentados alguns autores.

O diagnóstico tem sido empregado nos dias de hoje de modo irresponsável e estigmatizador. A sua má utilização reafirma a classificação humana e ratifica a exclusão social. No campo educacional, a utilização de diagnósticos movimenta a comercialização de serviços clínicos de saúde, além de promover estigmas e a rotulação dos indivíduos (RAAD & XIMENES, 2013). Percebe-se que as práticas diagnósticas e normalizadoras de crianças e adolescentes corrobora a exclusão e segregação dos sujeitos “laudados”. As autoras também apresentam o argumento de que o ensino voltado apenas para conteúdo, currículo e memorização favorece a produção do fracasso escolar. Articulando a análise realizada pelas

autoras com a questão levantada, ‘Em que medida o discurso da inclusão escolar reforça a exclusão social?’ Tornou-se possível compreender que o enfoque curricular, conteudista e de memorização presente em muitas escolas favorecem a prática patologizante presente no espaço escolar, além de beneficiar apenas uma parcela dos alunos, no que se refere ao ensino. Ou seja, o grande uso de diagnósticos em conjunto com a exclusão mascarada de inclusão tornou-se um mecanismo de seleção dos alunos mais “aptos” a aprender, além de contribuir com o direcionamento da responsabilidade do insucesso escolar ao aluno.

Moura (2013) também aborda a demasiada valorização da medicalização e diagnóstico. Essa supervalorização corrobora a utilização de ferramentas destinadas ao controle social. A escola é compreendida como um cenário de representação da diversidade, contudo, a padronização dos modos de ensino e do aprender institucionalizados favorecem a inibição da manifestação da individualidade de cada estudante. Este fato nos leva a compreender que a unificação dos modos de ensino ratifica a noção de que estudantes com deficiência e com diagnóstico são incompetentes e anormais, favorecendo a exclusão social desses indivíduos.

Pode-se perceber que o grande enfoque da escola na aprendizagem formal dificulta a assimilação e análise do conhecimento para muitos alunos. Este controle da educação tradicionalista possibilita a falta de incentivo para o aprimoramento de uma mente reflexiva e o precário apoio na criação de possibilidades de produção e construção de conhecimento. Sendo, então, uma forma de controle social. Moreira (2014) aborda o conceito de educação bancária, que serve ao objetivo dos dominadores de impedir a formação de uma educação libertadora, autônoma e emancipatória, além de favorecer a alienação do sujeito e manter o controle social pela instrução.

A inclusão escolar reforça a exclusão social de diferentes modos, sendo um deles, abordada por Lopes (2005), a contradição no discurso dos professores. Essa contradição é abordada ao se analisar que os professores costumam se amparar no argumento do despreparo como justificativa para a não aceitação do aluno com deficiência. A autora também traz a discussão de que o preconceito não é definido pela falta de conhecimento, apontando que as escolas que apresentam constantemente atitudes preconceituosas são, geralmente, escolas especializadas no ensino especial. Também é abordada a questão da difusão na escola da ideia de que a patologia se refere aos desviantes da norma. Diante disto, a escola consegue forjar e difundir a própria deficiência, sendo mais uma forma de exclusão social.

Nas escolas, até nas ditas inclusivas, ocorre a negação das possibilidades dos indivíduos com deficiência. Uma vez que, valorizam demasiadamente o diagnóstico e, conseqüentemente, não viabilizam formas de superação de preconceitos e do impacto social gerado pelas descrições

das patologias presentes nos manuais diagnósticos. Constantemente as escolas realizam a inclusão escolar ao dar enfoque na deficiência, não havendo preocupação com o próprio indivíduo, o que ratifica os modos de exclusão disfarçados de inclusão (LOPES, 2005).

Diante do que foi exposto, podemos perceber que a supervalorização dos diagnósticos no ambiente escolar favorece o movimento socioeconômico do mercado da saúde e contribui para a patologização do sujeito. A patologização, por sua vez, responsabiliza o indivíduo em si pela exclusão e insucesso escolar e acadêmico. O direcionamento conteudista e curricular contribui com a exclusão social dos indivíduos. Ou seja, a inclusão escolar tem sido aplicada de forma excludente de diferentes modos, de maneiras explícitas e implícitas. Os modos de ensino, o uso excessivo de diagnósticos, o aumento da medicalização no ambiente educacional e a manutenção de preconceitos reafirmam e contribuem com a conservação de um sistema social excludente.

Referência

RAAD, I.L.; XIMENES, P.. Contribuição da Psicologia para a Educação. In: TUNES, Elizabeth (organizador). **O Fio Tenso que Une a Psicologia à educação**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2013, p. 17-28.

MOURA, C. H.. **Estudo Sobre a Relação da Pessoa com Síndrome de Asperger e Seu Ambiente Social de Desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro Universitário de Brasília, 2013.

MOREIRA, D.L.. **Dificuldade de aprendizagem: um conceito oriundo da educação bancária**. 2014. 81f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

LOPES, N. A.. **Deficiência e inclusão escolar: um estudo sobre representações sociais**. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.